

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 137

22/06/07 a 28/06/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES), **Felipe dos Santos** (graduando em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Giannini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES).

Senado brasileiro convoca presidente da RCTV para depor

O presidente da emissora venezuelana Rádio Caracas Televisão (RCTV), Marcelo Granier, compareceu à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro, no dia 28 de junho. Granier foi convidado a expor sua versão sobre o fechamento de sua rede de televisão, ocorrido no final do mês de maio. Segundo o novo presidente do Parlamento do Mercosul, o uruguaio Roberto Conde, o Senado brasileiro pediu a discussão do tema na próxima reunião do Parlamento do bloco, que reunir-se-á no final do mês em Montevideú. Segundo Conde, não houve oposição das autoridades venezuelanas quanto a isso. O fim das transmissões da RCTV causou polêmica entre Brasil e Venezuela, quando o presidente venezuelano Hugo Chávez afirmou que o Senado brasileiro era um “papagaio” do Legislativo dos Estados Unidos quando se declarou contrário ao

encerramento das atividades da RCTV. Em resposta, houve inclusive a ameaça por parte do Senado, de recusar o protocolo de adesão plena da Venezuela ao Mercosul (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/06/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/06/2007).

Brasil e G-4 não chegaram a acordo

Terminou sem acordo a reunião do G-4, grupo formado por representantes de Brasil, Estados Unidos (EUA), Índia e União Européia (UE). A reunião, que visava o acerto de um pré-acordo para finalizar a Rodada Doha de Desenvolvimento, da Organização Mundial do Comércio (OMC), encerrou-se em meio à troca de acusações entre Brasil e Índia, que representavam o G-20 (grupo de países emergentes), de um lado, e União Européia e Estados Unidos do outro. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reclamou de um possível acordo pré-existente entre EUA e UE. Segundo ele, o bloco europeu e norte-americano teriam planejado pressionar os dois países emergentes, de forma que estes fizessem grandes concessões tarifárias em seus setores de bens industriais, recebendo uma abertura de mercado agrícola aquém das expectativas dos dois representantes do G-20. Amorim afirmou que, diante da pequena oferta na área agrícola, não poderia haver maior abertura industrial por parte do G-20. A representante norte-americana do Comércio, Susan Schwab, e o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, por sua vez, adotaram posições semelhantes entre si, e fizeram duras críticas a Brasil e a Índia. Segundo eles, os dois últimos não cederam às propostas, que eram o máximo que o bloco europeu e o país norte-americano poderiam oferecer. Schwab chegou a afirmar que uma possível reação anti-Brasil e Índia pode se formar no Congresso dos EUA, podendo gerar perda de benefícios comerciais adquiridos por esses países, em resposta a sua suposta inflexibilidade nas negociações. É necessário lembrar, que no dia 30 de julho vence o prazo da Trade Promotion Authority (TPA), que permite ao poder Executivo dos EUA negociar acordos comerciais sem interferência do Legislativo. O presidente Lula, reiterou a necessidade de diálogo político para a resolução de Doha. Nos dias 22 e 23 de junho, Schwab, Mandelson e Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, entraram em contato com Celso Amorim, para tentar viabilizar a continuidade do processo de negociação da Rodada. De acordo com o ministro, os negociadores dos EUA e da UE, sentiram a firmeza da posição brasileira nas negociações, “tanto na parte ofensiva como na defensiva”, e insistiu que as flexibilidades terão de ser mostradas mais por parte dos países ricos do que pelos emergentes. O governo brasileiro avalia que tais contatos mostram que pode haver uma flexibilização por parte dos países desenvolvidos nas negociações da Rodada Doha. De acordo com o Itamaraty, a intenção do governo é abandonar o G4 e ampliar o grupo a outros países emergentes, pois, assim seria mais fácil fazer prevalecer as posições desses países. No dia 26 de junho, no entanto, um grupo de países, entre eles México, Chile e Colômbia apresentaram na OMC a disponibilidade de aceitar cortes maiores nas suas tarifas que incidem sobre a importação de bens industriais, divergindo das posições brasileira e

indiana. Celso Amorim, disse que, após o fracasso das negociações, o país se concentrará no acordo com a União Européia, a ser discutido no início de julho, em Lisboa (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/06/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/06/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 24/06/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 23/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 26/06/2007; O Globo – Economia – 22/06/2007; O Globo – Economia – 23/06/2007).

País buscará acordos bilaterais

Com os resultados obtidos até o momento das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil deverá buscar novos acordos bilaterais. Segundo o ministro das Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Célio Porto, há a possibilidade de se negociar com países do Oriente Médio e Ásia. O chanceler Celso Amorim, por sua vez, afirmou que mesmo que não haja um acordo no âmbito de Doha e que os acordos bilaterais com União Européia e Estados Unidos não sejam concluídos, as exportações brasileiras continuarão crescendo. Segundo Amorim, o país tem planos para conseguir novos mercados, além de ampliar os acordos comerciais já existentes com a Índia e a América Latina. A comissária da Agricultura da União Européia, Marianne Fischer Boel, por sua vez, alertou que não haverá abertura maior do que a oferecida na OMC em possíveis acordos bilaterais entre União Européia e Mercosul (Folha de S. Paulo – Economia & Negócios – 23/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/06/2006; O Estado de S. Paulo – 24/06/2007; O Globo – Economia – 22/06/2007).

Petrobrás foi multada e passou controle de refinarias ao governo boliviano

No dia 24 de junho, o gerente de fiscalização da Aduana Nacional da Bolívia, Álvaro Arias, confirmou a existência de uma multa de US\$ 197 milhões cobrada pela Bolívia da Petrobrás. O governo boliviano acusa a estatal brasileira de contrabandear petróleo cru reconstituído das duas refinarias recentemente vendidas à Bolívia pela empresa. De acordo com a Aduana Nacional da Bolívia, as duas subsidiárias locais da Petrobrás teriam realizado operações de exportação sem permissão da Direção Geral de Substâncias Controladas, órgão de combate ao tráfico de drogas, como o previsto pela lei 1.008, conhecida como Lei do Regime da Coca e das Substâncias Controladas. Através de sua Assessoria de Imprensa, a Petrobrás afirmou que não reconhece a dívida. Isso estaria dificultando a transferência à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), das duas refinarias da Petrobrás nacionalizadas pelo governo do país. No dia 26 de junho, a Petrobrás por fim transferiu legalmente o controle das refinarias ao governo boliviano, afirmando que receberá a segunda parcela do preço de US\$

112 bilhões em 11 de agosto (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/06/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 25/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/06/2007; O Globo – Economia – 27/06/2007).

Ministro uruguaio criticou o Brasil e o Mercosul

O ministro de Indústrias do Uruguai, Jorge Lepra, declarou que o Mercosul falhou em fechar acordos comerciais com México, Peru, Índia e União Européia, por culpa principalmente, do Brasil. Segundo Lepra, a estratégia uruguaia busca aumento de exportações e complementaridade produtiva, com vistas à aumentar a competitividade com relação ao restante do mundo. O ministro declarou que a estratégia do Uruguai deve-se à crise do Mercosul, referente não apenas as diferenças no tamanho dos países do bloco, mas também às assimetrias nos incentivos. O presidente venezuelano Hugo Chávez, também criticou o bloco sul-americano, afirmando que não interessa à Venezuela entrar no “velho Mercosul” (O Globo – Economia – 22/06/2007).

Deputados brasileiros visitaram ilegais na Bolívia

Uma missão de deputados brasileiros foi à Bolívia para visitar um grupo de pequenos agricultores brasileiros que vivem nas regiões fronteiriças da Bolívia. Esses agricultores correm o risco de serem deportados, pois a Constituição boliviana proíbe a permanência de estrangeiros em áreas de fronteira. Os brasileiros estão ameaçados ainda, pela reforma agrária prometida pelo presidente boliviano, Evo Morales. O deputado Raul Jungmann disse que falta uma ação conjunta entre os governos de ambos os países. Brasil e Bolívia assinaram um acordo de regularização dos imigrantes ilegais de seus respectivos países, mas segundo o mesmo deputado, enquanto o Brasil já regularizou diversos bolivianos em seu território, a Bolívia ainda não cumpriu sua parte no compromisso (Folha de S. Paulo – Mundo – 23/06/2007).

Bolívia enviará metade do gás combinado à usina de Cuiabá

A Pantanal Energia, empresa responsável pela administração da termelétrica Mario Covas, em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso (MT), chegou a um acordo com a estatal boliviana, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Pelo contrato, a empresa do país vizinho se compromete a enviar um volume mínimo de 1,1 milhão de metros cúbicos diários de gás natural à usina brasileira, até 2009. Esse valor é metade do estipulado pelas negociações feitas entre as empresas em 2002. O preço do gás também deverá aumentar, como estabelecido em reunião ocorrida em fevereiro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales. A mudança no contrato tem como principal motivo o fato de que a Bolívia não



consegue aumentar a produção de gás, em parte por falta de investimentos. O diretor de Regulamentação da Usina de Cuiabá encarou como positivo o estabelecimento de um piso mínimo de envio e afirmou que caso haja disponibilidade para um envio maior de gás, a YPFB irá fornecê-lo (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/06/2007; O Globo – Economia – 23/06/2007).

Ativistas africanos cobraram ação do Brasil

O Itamaraty declarou agir com cautela quanto às votações sobre o direito humanitário, no Zimbábue. Essa afirmação veio em resposta a dois ativistas zimbabuanos, que questionaram em visita ao Brasil, o motivo das abstenções do sul-americano, durante votações de um conselho especial da ONU, que visava examinar violações dos direitos humanos no país africano. O Brasil que se absteve por três vezes da votação pela resolução, afirmou que preferiu se abster devido ao fato de não haver consenso entre os países africanos (O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/06/2007).

Amorim respondeu às afirmações de Chávez sobre o Mercosul

Em resposta aos comentários do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de que seu país "não está interessado no velho Mercosul", e de que a Venezuela "não está desesperada" para completar o processo de adesão ao bloco; o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, no dia 23 de junho, afirmou que "Quem quer entrar para um clube, primeiro aceita as regras existentes e depois tenta mudá-las". Pois, de acordo com Amorim, as atuais normas do bloco "são boas para o Mercosul e são boas também para a Venezuela". O ministro afirmou também que o bloco sul americano não rejeita mudanças, mas que essas devem ser resultado de um processo natural de evolução. Como parte de tal processo, Amorim aludiu a uma missão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) enviada ao Peru como demonstração de que o setor privado está prestando mais atenção aos países vizinhos, alertou para o fato de que será preciso buscar formas de atenuar as disparidades comerciais com os países vizinhos, e enfatizou que o bloco vem avançando na inclusão de temas sociais. Celso Amorim disse ainda, que a ausência de Chávez na próxima cúpula do Mercosul, que se realizará nesta semana em Assunção, não afeta o bloco, mas que "preferia ele estivesse, mas, como é óbvio, ele é livre para fazer o que quiser". (Folha de S. Paulo – Mundo – 24/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/06/2007).

Inicia-se a Cúpula do Mercosul

Nos dias 28 e 29 de junho, foram realizadas em Assunção, Paraguai, a 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul. Durante a reunião, os governos de Argentina,

Brasil, Paraguai e Uruguai, autorizaram o aumento das tarifas de importação de tecidos, vestuários, calçados e tapetes por parte do bloco. Trata-se de medidas protecionistas em favor de segmentos industriais. Também foram discutidas mudanças na Tarifa Externa Comum (TEC), visando acabar com a dupla cobrança da tarifa quando um produto importado por um país cruza a fronteira de outro membro do bloco. A alteração nesta tarifa visa principalmente aos produtos industrializados e é motivada pela expectativa da conclusão de Doha. Além disso, os parceiros avaliaram a possibilidade de realizar acordos bilaterais ou regionais para compensar o colapso da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o próximo passo do Mercosul seria a retomada de negociações de acordos comerciais como com a União Européia (UE), suspensa desde setembro de 2005. E em breve, o Mercosul deverá fechar acordos com Israel e com países do golfo árabe. Nesta quarta-feira, dia 27 de junho, o ministro da Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez, clamou pelo cumprimento do artigo primeiro do Tratado do Mercado Comum, que prevê a livre-circulação de bens, serviços e fatores. Outra questão de destaque do encontro foi o Plano para a Superação das Assimetrias direcionado ao Paraguai e Uruguai que se queixam das assimetrias do golpe e chegaram, inclusive a ensaiar acordos bilaterais com os EUA no ano passado. Dentre as medidas previstas neste plano destacam-se: a criação de um grupo para estudar medidas adicionais para superar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico dos quatro sócios originais do bloco, e os novos projetos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Nessa reunião, deverão ser aprovados projetos de desenvolvimento para Paraguai e Uruguai. Apesar disso, os representantes argentinos e brasileiros foram alvos de protesto por parte da população paraguaia. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/06/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 25/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/06/2007; O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – 26/06/07).

Petrobrás investirá na produção de biocombustíveis

Segundo o diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, o Brasil deverá ser o grande fornecedor de biocombustíveis do mundo. De acordo com Costa, a empresa pretende conquistar os maiores mercados consumidores potenciais como o Japão, a Nigéria, os Estados Unidos e a Venezuela. O diretor revelou ainda que a Petrobrás foi procurada por representantes da Coréia do Sul e da China. O Brasil vai triplicar as exportações de álcool dentro de quatro a cinco anos. Nos próximos três anos, a Petrobrás participará de projetos de construção de usinas de álcool e de alcooldutos que representam investimentos de cerca de US\$2,5 bilhões. Neste ano, a empresa está investindo cerca de US\$400 milhões em fontes renováveis de energia, principalmente na construção de três usinas produtoras de biodiesel. A estatal pretende assinar, nos próximos meses, contratos para a construção dos cinco primeiros projetos de produção de álcool



destinado à exportação, cujas usinas serão instaladas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os investimentos totais nas usinas serão de US\$1 bilhão, para uma produção de um bilhão de litros a partir de 2009. Sendo que a Petrobrás terá participação de 10% a 20% (O Globo – Economia – 24/06/2007).

Brasil participará de disputa na OMC como terceira parte

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, confirmou a adesão do Brasil como terceira parte, em uma disputa aberta pelo Canadá na Organização Mundial do Comércio (OMC), contra os subsídios dos fornecidos pelo governo dos Estados Unidos ao setor agrícola. Os canadenses questionam a legalidade dos subsídios dados pelos americanos ao milho, ao trigo, à soja, ao açúcar e a outros produtos vendidos no mercado internacional. Ottawa argumenta que, pelas regras da OMC, os americanos teriam o direito de oferecer US\$ 19,1 bilhões em subsídios por ano, teto que não teria sido respeitado em 1999, 2000, 2001, 2004 e 2005. Mesmo com a redução dos subsídios fornecidos ao milho, devido à valorização do produto pela fabricação do etanol, os canadenses alegam que foram prejudicados pelos subsídios dados pelos Estados Unidos ao setor nos últimos dois anos, com um comércio afetado em até 14% em 2005 (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/06/2007).

Brasil participou da Assembléia Geral do BIS

Nos dias 23 e 24 de junho, o Banco de Compensações Internacionais (BIS), realizou sua Assembléia Anual Geral na Basiléia, Suíça. O diretor de Política Econômica do Banco Central, Mario Mesquita, representou o Brasil na reunião. Na ocasião, o BIS recomendou que as autoridades monetárias dos países desenvolvidos elevassem os juros para evitar o aumento da inflação e o aprofundamento dos desequilíbrios comerciais globais; pois, esses dois fatores poderiam interferir no ótimo momento da economia mundial. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 25/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 25/06/2007).

Adidos civis para embaixadas são nomeados por Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está nomeando agentes da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin, para que trabalhem nas embaixadas da Argentina, da Colômbia e da Venezuela como adidos civis. Por motivos de segurança, os arapongas não têm seu nome revelado, motivo pelo qual são identificados por números: 014687 foi nomeado para trabalhar como adido civil para a Venezuela por dois anos; 908807 servirá para a Argentina; e 009020, para a Colômbia. Atuando sob o manto da diplomacia como “adidos civis”, eles terão a tarefa de processar informações e aumentar o fluxo de dados com o Brasil. Apesar

de reconhecer que o objetivo é estender progressivamente esse plano para outros países. A Abin, todavia, não adiantou quando novos agentes serão encaminhados ao exterior, nem quais serão seus destinos (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/06/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/06/07).

UE planeja discutir acordo de livre-comércio com o Mercosul

A União Europeia, com a qual o Brasil realizará uma reunião de cúpula no início de julho, em Lisboa, disse querer aproveitar tal evento para relançar as negociações para um acordo de livre-comércio com o Mercosul. Segundo o embaixador da União Europeia em Brasília, João Pacheco, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva e o comissário da União Europeia, José Manuel Durão Barroso, retomarão o assunto. As conversas, segundo o embaixador, se iniciarão com o Brasil e, caso transcorram bem, serão estendidas a todo o bloco sul-americano (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/06/2007).

Pesquisa aponta burocracia como maior entrave ao comércio exterior

Uma pesquisa denominada “Comércio Exterior - Desafios para a Desburocratização”, conduzida pela empresa de consultoria e auditoria Deloitte, apontou a burocracia como o maior entrave para o comércio exterior nacional, com 80% das empresas entrevistadas descrevendo-a como um problema. Como exemplo, o processo de desembaraço nas áreas aduaneiras, segundo o documento, pode levar até 50 dias para conseguir a aprovação de órgãos regulatórios do governo. As empresas demonstraram interesse em diversificar as exportações para locais como a Rússia, China, África e Oriente Médio, além de países da América Latina que não pertencem ao Mercosul (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/06/2007).

Carne chinesa recebe certificado brasileiro falso

Nesta quarta, dia 27, o Ministério da Agricultura afirmou que carnes chinesas estão sendo “disfarçadas” de brasileiras para entrar nos mercados europeu e russo, recebendo, em suas embalagens, falsos certificados, semelhantes aos emitidos pelo Brasil. O Ministério da Agricultura afirmou que mudará os certificados para evitar a falsificação a partir da semana que vem. No mesmo dia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil questionou o embargo chinês à carne brasileiro e pediu que fossem liberadas para importação pelo país asiático ao menos a carne proveniente de regiões brasileiras que não apresentaram focos de febre aftosa. Um negociador brasileiro afirmou que manterá a pressão, dizendo que a China foi “evasiva” na questão (O Estado de S. Paulo – Economia &

Negócios – 27/06/2007, O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/06/2007).

República Dominicana confirma a compra de Super Tucanos

A República Dominicana está completando a compra de nove aviões Super Tucano da Embraer. Os aviões, utilizados para ataques leves, têm seu preço estimado entre US\$ 50 milhões e US\$ 81 milhões. O presidente do país caribenho, Leonel Fernández, confirmou o negócio em uma mensagem enviada à comissão de assuntos de Defesa da Assembléia Nacional (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/06/2007).

Governo alemão não chega a um acordo em relação à cooperação nuclear

O governo da Alemanha não chegou a um consenso acerca do acordo nuclear firmado com o Brasil em 1975, durante o governo do presidente Ernesto Geisel, já que a própria nomenclatura do documento (“nuclear”) é rejeitada pelo Ministério do Meio-Ambiente alemão. O órgão prefere que seja adotada a expressão “cooperação na área de energia renovável e eficiência energética”. Após uma reunião ocorrida em dezembro do ano passado, uma outra deveria acontecer este mês, mas foi adiada indeterminadamente, devido a desacordos no governo alemão acerca da questão. Michael Glos, ministro da Economia do país europeu (segundo seu porta-voz) deseja que o acordo se mantenha como ocorreu à época do regime militar, mas Sigmar Gabriel, ministro alemão do Meio-Ambiente, defende a substituição das palavras no acordo (O Globo – Economia – 27/06/2007).

Governo restringe importações da China

O governo brasileiro decidiu aplicar duas medidas antidumping provisórias contra a China. As medidas foram aprovadas pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) e referem-se à importação de alto-falantes e escovas de cabelo. As medidas incluem a aplicação de uma sobretaxa de US\$ 2,75 por quilo de alto-falante importado e de US\$ 14,49 por quilo de escovas de cabelo, e passam a valer a partir de publicação no Diário Oficial da União (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/06/07).

Amorim cobra países emergentes

Chanceler brasileiro Celso Amorim inicia estratégia para amenizar os efeitos do fracasso da conferência de Potsdam. O chanceler estaria efetuando ligações aos

governos latino-americanos que patrocinaram uma proposta de cortes de tarifas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e que vai contra a posição adotada pelo Itamaraty na conferência. No dia 27, um documento interno da Comissão Européia indicou que, ao contrário do que vinha sendo dito por Amorim, o governo americano estava disposto a reduzir seus subsídios agrícolas e que um acordo nunca esteve tão perto de ser assinado como em Potsdam. Quando do fracasso da reunião, outro grupo de países emergentes, composto por Chile, México, Costa Rica, Colômbia, Peru e economias asiáticas, apresentou uma proposta mais flexível. Ao que tudo indica o chanceler brasileiro havia ligado para o representante chileno pedindo explicações e uma consulta ao governo brasileiro antes que medidas como essas fossem apresentadas aos blocos desenvolvidos (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/06/07).